O Brasil como tema no Instituto Histórico de Paris

Elaine Cristina Carraro[1]

Brazil as a topic at the Historical Institute of Paris

Resumo

Os estudos já realizados sobre o Instituto Histórico de Paris (IHP), principalmente na bibliografia brasileira, destacam-no pelo ecletismo de seus trabalhos. No entanto, a análise dos documentos manuscritos e das publicações concernentes às atividades deste Instituto entre 1834, ano de sua criação, e 1850, evidenciam um projeto que visava promover pesquisas não apenas no domínio da história como também das ciências sociais. Este artigo apresenta o Instituto Histórico de Paris (IHP), sua configuração inicial, o contexto de seu surgimento e dos primeiros anos de atividade; período que coincide aproximadamente com uma forte adesão e participação de brasileiros (1834-1856). Expõe também uma lista de brasileiros que participaram do Instituto e de temas referentes ao Brasil que movimentaram alguns debates no período analisado.

Palavras-chave: Instituto Histórico de Paris; Brasileiros; História.

Abstract

The studies already carried out about the Historical Institute of Paris (HIP), especially those that are present in the Brazilian literature, stand out for the eclecticism. However, the analysis of manuscript documents and publications concerning the activities of this Institute between 1834, the year of its creation, and 1850, show a project that sought to promote research not only in the field of history but also in the social sciences. This article presents the Historical Institute of Paris (HIP), its initial configuration, the context of its emergence and the first years of activity; a period that coincides with a strong adherence and participation of Brazilians (1834-1856). It also presents a list of Brazilians who participated in the Institute, and topics related to Brazil that moved some debates during the analyzed period.

Keywords: Historical Institute of Paris; Brazilians; History.

1 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado e Doutorado em Sociologia pelo IFCH/UNICAMP com estágio de doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales/Paris. Professora da Faculdade Adventista de Hortolândia - UNASP-HT. E-mail: lainecar@yahoo.com.br

Introdução

No Brasil, o Instituto Histórico de Paris (IHP) foi estudado por alguns autores[2] que procuraram destacar a presença de brasileiros entre os anos de 1834 e 1856 e a influência do Instituto francês sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. Esses estudos destacaram o IHP pelo ecletismo de seus trabalhos. No entanto, a análise dos documentos manuscritos e das publicações concernentes às atividades deste Instituto entre 1834, ano de sua criação, e 1850, evidenciam um projeto que visava promover pesquisas não apenas no domínio da história como também das ciências sociais.[3]

O Instituto Histórico de Paris tinha por objetivo estudar o desenvolvimento das instituições e da humanidade. Acreditava que sendo possível reconstituir os tempos remotos poderia anunciar a direção do destino futuro da humanidade. O historiador seria o responsável por divulgar "verdades úteis", ensinar e orientar. Além de compreender a humanidade nos seus detalhes, na sua intimidade, a história deveria definir as leis que a regem. Os ensinamentos propostos pelo conhecimento histórico não constituiriam nenhum tipo de arma contra o governo, pelo contrário, contribuiriam para o aperfeiçoamento da humanidade e para a regeneração da sociedade.

Este artigo apresenta o Instituto Histórico de Paris (IHP), sua configuração inicial, o contexto de seu surgimento e dos primeiros anos de atividade (1834-1850); período que coincide aproximadamente com uma forte adesão e participação de brasileiros (1834-1856). Expõe também uma lista de brasileiros que participaram do Instituto e de temas referentes ao Brasil que movimentaram alguns debates no período analisado.

O Instituto Histórico de Paris e a Monarquia de Julho

Para que se compreenda as circunstâncias sob as quais surgiu o Instituto Histórico de Paris, é preciso atentar para as relações estabelecidas entre o IHP e o governo de Luís Filipe. Essa relação definiu, em certa medida, algumas concepções que direcionaram os trabalhos do Instituto. Além dessa

2 CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2 v. (1836-1880); São Paulo: Martins Editora, 1975; FARIA, Maria Alice de Oliveria. *Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris*.São Paulo:Conselho Estadual de Cultura, 1970; PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Editora UNESP, 1998 e GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, n.1, 1988/1.

3 Sobre o Instituto Histórico de Paris consultar CARRARO, Elaine Cristina. *O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade*. Campinas, SP: dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, IFCH, 2002; e CARRARO, Elaine Cristina. *O Instituto Histórico de Paris:* elementos para uma pré-história da sociologia. Campinas, SP: tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, IFCH, 2009.

relação, conturbada de início, destaca-se ainda o papel do mentor, Eugène Garay de Monglave, personalidade tenaz e polêmica, decisiva para a fundação e para o delineamento do perfil do IHP nos seus primeiros anos. O Instituto buscava firmar um método histórico abrangente, ambicioso e, "sociológico". Nesse sentido, houve avanços e limites definidos, em parte, em função do lugar onde esse conhecimento foi produzido e da relação estabelecida com o governo, principalmente por meio do Ministério da Instrução Pública. Nos primeiros anos, sua configuração ideológica plural despertou desconfiança por parte do governo; finalmente, compreendeu-se que sua proposta acomodava-se às exigências pacíficas da época.

O Instituto Histórico de Paris foi idealizado por Eugène Garay de Monglave, e foi graças a seu esforço que o projeto de sua fundação se concretizou. A sociedade deveria se dedicar exclusivamente aos estudos históricos em todos os ramos da ciência humana. Sob a Monarquia de Julho a história era um conhecimento em busca de cientificização. Delineava-se um processo de disciplinarização e profissionalização que se articulava às exigências da construção de uma história nacional. Com o apoio de François Guizot, ministro da Instrução Pública, implementou-se uma estrutura administrativa totalmente favorável ao desenvolvimento dos estudos históricos. Certamente, os historiadores desse período dispunham de informação e documentação novas e incomparavelmente mais acessíveis e mais completas do que existiu no passado.

Com a Monarquia de Julho as condições de produção da história mudaram radicalmente. A necessidade da História tomou forma na "política da memória", posta em prática principalmente por Guizot[4]. Sob sua direção, a história se tornou o "aprendizado da moderação em política"[5].

Guizot "institucionalizou e reorientou" a ciência histórica, por meio de um projeto ao mesmo tempo científico e político. Uma das primeiras medidas de seu Ministério foi a restauração, sob o nome de Academia de Ciências Morais e Políticas, da classe com igual nome do Instituto de França, suprimida em 1803. Sob sua direção, a Monarquia de Julho organizou "*un réseau savant*"[6], implementando sucessivamente a reforma do

4 Guizot foi ministro do Interior em 1830, da Instrução Pública de 1832 a 1837 e depois, das Relações Exteriores de 1840 a 1847. "Desde os primeiros meses da Monarquia de Julho, Guizot confiou a François Mignet a direção dos arquivos das Relações Exteriores e a Jules Michelet a seção histórica dos Arquivos nacionais. Ele concedeu uma pensão a Augustin Thierry, nomeou seu irmão, Amedée, prefeito da Haute-Saône..." (GARCIA, 1999, p. 24). Prosper de Barante foi diretor da Sociedade de História da França desde 1833, ano de sua criação, até 1866, quando morreu, também tomaram parte no governo da Monarquia de Julho: Adolphe Thiers e Abel-François Villemain.

5 GARCIA, Patrick. La naissance de l'histoire contemporaine. In : DELACROIX, Christian ; DOSSE, François ; GARCIA, Patrick. *Les courants historiques en France* : 19e.-20e. siècles. Paris : Armand Colin, 1999. p. 22.

6 AMALVI, Christian (dir.) *Les lieux de l'histoire.* Paris : A. Colin, 2005.

sistema escolar, em 1833; a criação, no mesmo ano, da Sociedade de História da França, espécie de sociedade cientifica oficial e um Comitê permanente de trabalhos históricos e científicos (1834)[7] que era encarregado de dirigir a publicação da grande coleção de "Documentos Inéditos da História da França". Guizot sustentou a racionalização da administração dos arquivos públicos e, juntamente com Salvandy, participou da criação da Escola francesa de Atenas (1846), cujo objetivo era contribuir para o desenvolvimento da arqueologia e da história antiga. Muito mais do que um interesse pelo passado, "o que estava em jogo era a produção de um sentido para o futuro da comunidade nacional, tentando ler neste passado um destino possível, garantindo a coesão social para o presente"[8].

Além do caráter eminentemente político que se destaca nesses empreendimentos, a "nova erudição", dirigida pelo Estado, promoveu para a pesquisa, o ensino, o registro e a conservação, uma organização mais sistemática, uma publicidade mais extensa; e, consequentemente, as condições necessárias à profissionalização do historiador.

O Instituto Histórico de Paris surgiu de uma iniciativa privada, como tal, seus objetivos nem sempre coincidiram com os empreendimentos estatais. Ainda assim, seu projeto é peculiar e profícuo, pois revela várias tendências envolvidas na produção do conhecimento histórico. Sua perspectiva englobava a erudição, a filosofia da história, a concepção de história útil e moral que ensinasse sobre as coisas do futuro. Além disso, seu horizonte abrangia uma tentativa particular de definição da "ciência social".

Composição e funcionamento do IHP

A criação do Instituto Histórico de Paris foi idealizada por François Eugène Garay de Monglave, e foi graças à sua persistência que seu projeto se concretizou. Após dedicar sua fortuna durante seis meses na tentativa de viabilizar a fundação da sociedade e obter apoio para a concretização desse projeto, Monglave decidiu apresentar sua idéia a Joseph Michaud[9], o consagrado membro da Academia Francesa e autor da *História das Cruzadas*.

Contando com um presidente notável, Monglave conseguiu reunir outros nomes renomados em torno da sociedade. O Instituto Histórico de Pa-

7 Segundo parte da literatura consultada, o Comitê de Trabalhos Históricos foi criado em 1834; porém, Jean-Miguel Pire (PIRE, Jean-Miguel. *Sociologie d'un volontarisme culturel fondateur* : Paris: L'Harmattan, 2002.) data sua criação em 1835, e Patris (PATRIS, B. Combes de. La Société et la Revue des Études Historiques au cours d'un siècle(1833-1933). In: *Revue des Études Historiques*, 1933. p. 284) afirma que o Comitê e a Sociedade de História da França foram criados no mesmo ano de criação do IHP, 1833.

8 GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, v. 3, pp. 184-200, 2002, p. 187.

9 Presidente do IHP nos anos de 1834, 1835 e 1836 e presidente honorário nos anos de 1837, 1838 e 1839.

ris foi registrado no Ministério da Instrução Pública em 27 de novembro de 1833 e autorizado em 24 de dezembro do mesmo ano. A primeira assembleia geral só ocorreu três meses depois, em 23 de março de 1834, e sob a presidência de Joseph Michaud reuniu trinta e oito membros fundadores, grandes nomes do mundo intelectual da época, tanto da literatura e artes, como da história e ciências. Entre eles, compareceram: Ballanche, da Academia Francesa; Lamartine, deputado; Baltard, diretor da Escola Real de Belas Artes, arquiteto; Geoffroy Saint-Hilaire, da Academia de Ciências; Jules Michelet, professor de história na Escola Normal, chefe da seção histórica nos arquivos do reino, membro da Academia de Ciências Morais e Políticas; conde Alexandre de Laborde, da Academia de Inscrições e Belas-Letras, vice-presidente do IHP; Ampère (pai), da Academia de Ciências; Berton, da Academia de Belas-Artes; Bory de Saint-Vincent (correspondente), da Academia de Ciências; Bouillaud, da Academia de Medicina; Jomard, da Academia de Inscrições e Belas-Letras; Andral, da Academia de Medicina; de Jouy, da Academia Francesa; Poujoulat, historiador; Bra, estatuário; Lerminier, professor no Collège de France, da Academia Francesa; conde Mosbourg, deputado; Barão d'Eckstein; o abade Guillon, bispo de Marrocos, capelão da rainha dos franceses; Laurentie, inspetor geral dos estudos; Dr. Buchez; Villenave, antigo professor de história literária da França no Ateneu Real de Paris; Isambert, conselheiro na Corte Suprema (*Cour de Cassation*); Monvoisin, pintor de história, entre outros.

Além destes, também aderiram ao Instituto alguns acadêmicos como: Destut de Tracy e Chateaubriand; os historiadores Amédée e Augustin Thierry; Barante, ministro em Florença, era correspondente. Guizot e Thiers não teriam aderido à sociedade por conta de suas atividades políticas[10]. Entre os literatos estavam Ferdinand Denis[11] e Eugène Sue[12]. Victor Cousin também teria aderido ao IHP[13], informação que não foi possível confirmar analisando as publicações e os manuscritos do IHP. Mas alguns membros do Instituto tinham uma relação próxima com Victor Cousin, e suas idéias aparecem em algumas discussões.

10 É o que sugere DESLANDRES, Paul. Les Débuts de l'Institut Historique(1834-1846). *Revue des Études Historiques*, 1922, p. 306.

11 Ferdinand Denis, parisiense influenciado pelas idéias de Mme. De Staël e Chateaubriand, e também membro do IHP, deixou uma vasta obra sobre o Brasil. Assim como Monglave, Denis ficou fascinado pela natureza exuberante, pelos costumes estranhos, pelo clima, pelo primitivo das coisas, da cidade, do campo, das aldeias indígenas. Antônio Cândido toma-o, inclusive, por responsável pelo "persistente exotismo que eivou a nossa visão de nós mesmos até hoje" (CÂNDIDO, 1975, p. 324, v. 2). Denis, assim como Monglave, dedicou-se a divulgar na França a literatura brasileira. Mas, de acordo com Tarquínio de Sousa, a permanência de Monglave no Brasil foi mais ativa em termos políticos.

12 DESLANDRES, Paul. Les Débuts de l'Institut Historique(1834-1846). *Revue des Études Historiques*, 1922, pp. 299 - 325.

13 PATRIS, B. Combes de. La Société et la Revue des Études Historiques au cours d'un siècle (1833-1933). *Revue des Études Historiques*,1933.pp. 283-295.

Na segunda assembleia geral, ocorrida em 6 de abril de 1834, os estatutos constitutivos do Instituto Histórico de Paris, redigidos por Monglave e analisados por uma comissão, foram lidos, discutidos e aprovados por unanimidade. Michaud foi nomeado à presidência, o conde de Laborde à vice-presidência do Instituto e Monglave para secretário-perpétuo, cargo que manteve até 1846, quando se desligou definitivamente da sociedade. Acreditava-se que a pesquisa histórica seria beneficiada com uma divisão dos trabalhos. Após a proposta de divisão dos trabalhos em 12 e depois em 6 classes, em 22 de fevereiro de 1836 as classes foram reduzidas a quatro, fundindo-se a primeira com a sexta - História Geral e História da França; seguindo a proposta de Michelet; segunda classe – História das Línguas e das Literaturas; a terceira classe surgiu da junção da segunda com a quarta – História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas; e quarta classe – História das Belas-Artes.

Alguns membros do IHP, em grande parte circunscritos ao grupo de aristocratas, ocuparam seus cargos com notável dedicação, entre eles destacaram-se alguns de seus presidentes: o duque de Doudeauville, Ambroise-Polycarpe de la Rochefoucauld; o príncipe de Moskowa, general Joseph Ney Napoleão; o conde Le Pelletier d'Aunay, que em certa ocasião ofereceu seu hotel (49, rue de Grenelle) para as sessões extraordinárias do Instituto, e o conde Armand d'Allonville, um oficial do exército que foi eleito vice-presidente do Instituto Histórico em 1839, doou sua biblioteca de 249 volumes ao Instituto em 1840, quando partiu para Metz. Além destes, o barão Taylor, um militar e administrador, que se interessava por literatura e arqueologia e foi um grande defensor de monumentos artísticos, era um "homem de brilhantes relações"[14], que dedicou ao IHP "não somente seu dinheiro como também seu coração."[15]

É curioso notar que os grandes escritores como Lamartine, Michelet[16] e Chateaubriand eram os menos votados para a presidência do IHP. Em contrapartida, é notória a presença de aristocratas ocupando esse cargo. As classes, de modo geral, eram dirigidas por membros mais "assíduos e populares".

Durante o período estudado, alguns dos presidentes e vice-presidentes que realmente participaram das atividades expuseram suas ideias principalmente por meio de discursos pronunciados nos Congressos Históricos. Para além de suas posições políticas, que variavam do legitimismo ao liberalismo, passando pelo socialismo cristão, as ideias que defendiam, em consonância com os objetivos e estatutos do Instituto Histórico de Paris, apontam um direcionamento mais ou menos preciso. As discussões políticas eram sempre tolhidas, permitia-se apenas o que era lícito e conveniente aos objetivos do IHP e ao governo.

14 FARIA, 1970, p. 24.

15 DESLANDRES, 1922, p. 308.

16 Presidente da 1a. classe, de História Geral e História da França em 1845.

Em 14 de maio de 1834 os membros aprovaram a criação de uma revista, prevista no projeto inicial do Instituto, na qual seriam publicados os trabalhos mais importantes, discutidos e avaliados previamente em uma das quatro classes ou em assembleia geral. Entre os anos de 1834 a 1840 a revista recebeu o título de *Journal de l'Institut Historique* e em 28 de dezembro de 1840 tornou-se o *Investigateur.* Em 1844, o Ministério da Instrução Pública subscreveu vinte exemplares da Revista mas, "esta subvenção não foi paga com pontualidade"[17]. E em 1847, parte do déficit da sociedade "foi atribuído ao não reconhecimento da soma prometida pelo Ministério". Em 1883, com a mudança do nome do Instituto, ela passou a chamar-se *Revue de la Société des* **Études** *Historiques* e, em 1889, *Revue des* **Études** *Historiques,* nome que manteve até 1939. Os volumes publicados nos seis primeiros anos são densos, e chegam a conter cerca de mil páginas, sendo necessário três volumes para cada dois anos. O Jornal era enviado a todos os membros residentes e correspondentes, franceses e estrangeiros, e a um grande número de sociedades científicas.

O Jornal publicava relatórios, documentos inéditos, memórias, correspondências, crônicas, resenhas sobre obras históricas francesas e estrangeiras e a exposição e discussão geral das doutrinas históricas. Uma vez que os trechos mais representativos das atas manuscritas também eram publicados é, seguramente, nas publicações que se encontra o retrato mais completo do IHP.

Charles-Olivier Carbonell[18] destaca a criação entre 1831 e 1849 de 23 sociedades especializadas em história e arqueologia e de 17 dedicadas a diversos temas científicos, como botânica, ciências naturais e medicina. Mas, conforme Patris, o "Instituto Histórico foi um dos primeiros em data e o seu Jornal a mais antiga de nossas revistas de história da França" (1933, p. 284). Como Patris, Louis Halphen[19] afirma que o *Journal* do Instituto Histórico "é o primeiro em data de nossas revistas de história geral".

A ideia de um Congresso Histórico Europeu foi proposta em 14 de julho de 1834, pelo literato Mary Lafon, e o primeiro Congresso ocorreu em novembro de 1835, reunindo historiadores de toda a Europa. As questões discutidas nos Congressos Históricos anuais constituem fonte relevante das ideias priorizadas, elaboradas e divulgadas pelo Instituto Histórico de Paris.

A divulgação dos conhecimentos históricos se fez ainda por meio de cursos públicos, oferecidos gratuitamente pelos membros do Instituto. As comissões para a organização dos cursos públicos foram formadas em 30 de outubro de 1834, mas a autorização do Ministério da Instrução Pública só viria quatro anos depois.

17 FARIA, 1970, p. 30.

18 CARBONELL, Charles-Olivier. *Historie et historiens.* Paris: Privat, 1976.

19 HALPHEN, Louis. *L'Histoire en France depuis cent ans.* Paris: Armand Colin, 1914.p. 72.

François Eugène Garay de Monglave: o mentor

O Instituto Histórico de Paris foi idealizado e criado graças à persistência de Eugène Garay de Monglave, o "brasileiro adotivo"[20] que promoveu a participação de vários brasileiros nessa sociedade. Monglave nasceu em Bayonne em 05 de março de 1798 e foi um "polígrafo inteligente e ativo". No entanto, é considerado um escritor sem brilho, "de segunda categoria, de estilo satírico, panfletário e violento"[21].

Suas biografias não permitem uma conclusão precisa sobre sua estada no Brasil[22], mas de acordo com Maria Alice Faria[23] e Otávio Tarquínio de Sousa[24], em 1819 Monglave esteve em Portugal, onde participou das lutas pelo regime constitucional e teria vindo ao Brasil em 1820, onde permaneceu até 1823, como sugere Antônio Cândido em *Formação da Literatura Brasileira*, depois de ter passado por Portugal. Monglave foi testemunha ocular, no Rio, dos acontecimentos de 26 de fevereiro de 1821, início do movimento Liberal, ainda de timbre português, com o juramento da Constituição tal qual a fizessem as cortes de Lisboa. Viajou pelo interior do Brasil, provavelmente São Paulo e Minas Gerais e pelo Nordeste. Pouco antes de voltar à Europa, além de testemunha, Monglave teria também participado do movimento de Independência no Rio Grande do Norte.

De volta à França em 1823, Monglave passou a escrever em diversos jornais de estilo satírico, como *La Minerve*, *La Renomée*, *La Lorgnette*, *Le Miroir* e fundou seu próprio jornal, *Le Diable Boiteux*. Empenhou-se na oposição liberal e atacou a aristocracia, a Academia Francesa, os Pares de França e o próprio Luíz XVIII. Seu caráter altivo e mordaz não lhe deixou faltar oportunidades de pagar multas, ter seus livros apreendidos, e mesmo, de ser

20 Otávio Tarquínio de Sousa publicou na Revista Cultura, do Ministério da Educação (1949, nº3) um estudo sobre Monglave, a quem chamou de "Um brasileiro adotivo". O autor tomou como referência uma carta escrita por Monglave a D. Pedro I e datada de Paris, 22 de outubro de 1828.

21 FARIA, 1970, p. 13.

22 Conforme o Dicionário Universal Larousse, do XIXe. siècle, T. 11 Monglave teria vindo ao Brasil em 1814 para prestar serviço no exército de D. Pedro, e em 1819 estaria em Portugal onde se pronunciou pelo regime constitucional. Essa informação é reproduzida por Deslandres (op. cit., p. 300), sem precisar as datas, considera que Monglave esteve primeiro no Brasil para exercer as funções de oficial do Estado-Maior e diretor da Instrução pública, e depois teria ido com D. Pedro a Portugal para restabelecer contra D. Miguel o regime constitucional. Esses dados são também apresentados por Quérard, em La France Litéraire. Essas informações são contestadas por Otávio Tarquínio de Sousa (1949, p. 112) para quem Monglave, ainda muito jovem, "no Brasil jamais exerceu função militar ou prestou serviço de tal natureza. Talvez tenha havido confusão ou se trate de gabolice, uma vez que o livro de Quérard, publicado quando E. De Monglave era ainda muito moço, provavelmente se baseou em dados bibliográficos fornecidos pelo próprio interessado".

23 FARIA, M. A. Monglave e o Instituto Histórico de Paris. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,*(USP), São Paulo, n.2, 1967.

24 SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Fatos e personagens em torno de um regime.* São Paulo: Ed. Da USP, 1988.

preso. Com a Monarquia de Julho encerrou sua fase combativa, pois não se identificava com a oposição que ora se fazia por socialistas e republicanos.

A história seria a partir de então sua nova aventura[25]. Como secretário perpétuo do Instituto, de 1834 a 1846, Monglave dirigiu de perto todos os trabalhos, participou das reuniões promovidas por todas as classes, de todas as discussões. Graças a ele, o Brasil teve no Instituto um espaço privilegiado, por meio da colaboração de 47 membros brasileiros. Monglave comentou livros de autores brasileiros, corrigiu informações erradas a respeito do país, deu curso de literatura portuguesa e brasileira e apresentou muitos brasileiros ao Instituto.

Mas enquanto, por um lado, sua personalidade tenaz e generosa conseguiu manter o Instituto Histórico em seus primeiros anos, quando enfrentou sérias dificuldades econômicas, por outro, seu caráter autoritário pode ter sido o motivo do afastamento de alguns membros renomados. Não seria "temerário pensar que a personalidade um pouco inoportuna de Eugène de Monglave tenha afastado do Instituto homens de primeiro plano". Monglave foi acusado de ter desviado fundos da sociedade, de excesso de autoritarismo e várias vezes levantou-se a possibilidade de afastá-lo das funções que ali exercia. Os membros se ressentiam de sua falta de tato e tom autoritário que prevalecia em suas intervenções. O Instituto Histórico "não era uma república, mas uma monarquia absoluta"[26]. Seu caráter polemista, autoritário e um pouco desordenado que caracterizaram sua turbulenta juventude não convinha a uma sociedade científica. Quando abandonou o Instituto, em 1846, foi totalmente esquecido, a ponto de não lhe ter sido dedicado um necrólogo, na ocasião de sua morte.

Conforme Faria[27], o Instituto Histórico acabou contando com a colaboração e presença de "autores secundários, muitos deles aventureiros das letras, políticos sem formação erudita, diletantes ou espíritos conformados dentro de um tradicionalismo cultural que em nada ajudava à projeção da Agremiação".

Apesar das distintas orientações políticas e ideológicas que se configuraram no início das atividades, o IHP acabou afastando seus membros mais radicais e ilustres do ponto de vista acadêmico. Conforme o dicionário "La France Littéraire" de Quérard, o Instituto Histórico teria se configurado como uma "companhia estéril". De fato, o IHP não experimentou o mesmo sucesso de sociedades reconhecidas, como a Academia de Ciências Morais e Políticas.

25 Essa não foi a primeira investida nos estudos históricos, já havia se dedicado a essa atividade quando atuou como jornalista. Publicou traduções e obras: em 1825 a *Histoire résumée des Etats Unis*; em 1826, o *Résumé de l'Histoire du Mexique;* em 1833, em dois volumes, a *História da Suiça, da Espanha e de Paris* (traduções); Le Siège, obras de Cadix (1823), *Histoire des conspirations des jésuites en France* (1826), entre outras.

26 DESLANDRES, 1922, p. 323.

27 FARIA, 1967, p. 49.

Apesar disso, o Instituto revela, por meio de seus objetivos, estatutos e publicações, que os membros que lá permaneceram defenderam ideias que refletiam o clima intelectual da época. Além disso, seu atrelamento ao governo da Monarquia de Julho torna compreensível alguns aspectos do pensamento que predominou na sociedade, definido nessas condições específicas.

A relação com o governo

Pelo fato de ter sido o Instituto Histórico de Paris concebido para ser uma instituição científica, acreditava-se poder constituir uma comunidade de estudiosos que, apesar de plural, fosse apartidária. Seus propósitos, porém, não bastavam. O Instituto Histórico enfrentou a resistência do Ministério da Instrução Pública em conceder-lhe o apoio necessário para a operacionalização de suas atividades. A desconfiança do governo por conta da conformação tão diversa, as constantes crises financeiras e os descontentamentos gerados pela personalidade controladora de Monglave, o secretário-perpétuo, resultaram em uma longa luta pela sobrevivência, legitimidade e reconhecimento. Consciente da influência exercida pelas academias e sociedades que, numa época em que o ensino superior era quase inexistente, animavam e dirigiam a vida intelectual[28], o Ministério da Instrução Pública implementou uma política de controle. A relação com o Instituto Histórico de Paris foi, de início, marcada pela tensão, provavelmente por se tratar de uma iniciativa particular, que recebia como membros representantes da oposição política.

Após a Revolução de Julho, duas interpretações políticas deram origem aos partidários do Movimento, mais à esquerda, e da Resistência, conservador, "os descontentes e os satisfeitos"[29]. O Partido do Movimento "ocupava a esquerda política, requeria direitos políticos amplos, liberdade de expressão, de imprensa e de associação, e ação vigorosa contra os odiados ministros de Bourbon"[30]. A maior parte dos representantes do governo identificava-se com o Partido da Resistência que era mais conservador, e resistente à mudança. Preferia restrições ao debate e à organização política.

Era no seio do Partido da Resistência que se encontravam alguns dos grandes nomes da Monarquia de Julho: nobres liberais, como o duque Victor de Broglie ou o conde Mole, grandes burgueses como André Dupin, universitários como Guizot e Victor Cousin. Todos aderiram ao que seria, por vários anos, a ideologia orleanista, expressa de maneira marcante sob

28 KNIBIEHLER, Yvonne. *Naissance des sciences humaines:* Mignet et l'histoire philosophique au XIXe. Siècle. Paris: Flammarion, 1973.

29 PONTEIL, Félix. *La Monarchie Parlementaire 1815-1848*. Paris: Libraire Armand Colin, 1949. P. 131.

30 SEIGEL, Jerrold E. *Paris Boêmia.* Cultura e política os limites da vida burguesa – 1830-1930. Porto Alegre: L&PM, 1992. p.16.

o regime de Luís Filipe pelos redatores do *Journal des Débats.* Eram essencialmente os liberais, partidários de uma elite de nascença, de fortuna e de inteligência. Os homens que assumiram o ministério em 1831 e que iriam guiar os destinos políticos do país durante 17 anos exerceram uma política continuamente conservadora[31]: "seu pensamento é de limitar as consequências de 1830, de estabilizar seus resultados; sua preocupação constante está em manter e conservar" [32].

A relação entre o Instituto Histórico de Paris e o governo ganha sentido se remetida a esse contexto político. A obra de reconstrução da memória dirigida pelo "voluntarismo historiador de julho"[33], que se estendia à pesquisa, ao estudo e à classificação e proteção dos arquivos, correspondia a objetivos políticos de "reconciliação". Caberia ao saber histórico relativizar a importância da ruptura revolucionária da qual nasceu o Regime de Julho. A "monarquia burguesa", por meio dos historiadores-políticos, conferia à história um sentido político vital para a sua legitimação. Ap**ós 1830, o olhar do historiador** centrava seu interesse na organização do regime estabelecido. Nesse contexto, a história era o conhecimento que devia explicar o passado, legitimar o presente e indicar o futuro.

Esclarecida sua "tendência pacífica", o IHP recebeu a aprovação de dois importantes historiadores, ministros de Luís Filipe: Thiers e Guizot.

Como ministro da Instrução Pública, François Guizot pôde intervir em três áreas fundamentais para implementar sua ideia segundo a qual o "grande mistério das sociedades modernas é o governo dos espíritos"[34]: criou a Academia de Ciências Morais e Políticas, elaborou um projeto educativo bem estruturado, e promoveu a criação de uma importante infraestrutura cultural estatal, ou "uma rede densa de aparelhos destinados à gerir o senso comum"[35]. A nova ação do Estado se caracterizava ao mesmo tempo como um "instrumento tradicional de coerção e dispositivo produtor de hegemonia". Além do papel fundamental que exerceu sobre o desenvolvimento dos estudos históricos, o incentivo dado por Guizot às sociedades científicas locais tinha por objetivo contribuir para o fortalecimento intelectual das classes abastadas, uma vez que a instrução elementar se expandia nas classes populares.[36]

31 Os autores Jardin e Tudesq compartilham esta noção de liberalismo conservador do regime de julho. Cf. Andre JARDIN e Andre-Jean TUDESQ, A. J. *La France des notables:* l'évolution générale 1815-1848. Paris: éditions du Seuil, 1973 ; pp. 136-171.

32 RÉMOND, René. *Les Droites em France.* Paris: Aubier, 1985. p.85. (Coleção histórica dirigida por Maurice Agulhon e Paul Lemerle)

33 PIRE, Jean-Miguel. *Sociologie d'un volontarisme culturel fondateur* : Paris: L'Harmattan, 2002.

34 MÉLONIO, Françoise. BAECQUE, Antoine de. *Histoire culturelle de la France.* Lumières et liberté. (Les dix-huitième et dix-neuvième siècles) .V. 3. Paris: éditions du Seuil, 1998. p. 214.

35 ROSANVALLON, Pierre. *Le moment Guizot.* Paris : Gallimard, 1985. p. 225.

36 ROSANVALLON, 1985, pp. 227-8.

O controle exercido pelo governo era voltado às sociedades e academias, assim como ao corpo docente, que tinha menos autonomia ainda. O governo procurou estimular as sociedades científicas de várias maneiras, colocando-as em contato umas com as outras, facilitando a troca de suas publicações e votando subvenções em seu favor. Submetidas à tutela do governo, as academias e a imprensa tornaram-se importantes aliadas da nova ordem. Mas a tutela das sociedades científicas seria praticada não apenas por Guizot, outros ministros da Instrução Pública também o fizeram ao longo da Monarquia de Julho.

O Ministério da Instrução Pública permaneceu vigilante com relação às atividades promovidas pelo IHP que, por sua vez, estava sempre pronto a responder às solicitações que lhe eram enviadas, ou a fazer os ajustes que lhe eram exigidos. Quando o Instituto decidiu oferecer cursos públicos, a prática não era comum fora do âmbito universitário, por isso teve de recorrer ao ministro da Instrução Pública. Mas também não se tratava de uma iniciativa inédita, o movimento republicano já havia proposto a instrução do povo por meio de cursos públicos[37], o que reforçava a cautela do governo com relação a essa proposta. A decisão de formar comissões para organizar os cursos foi tomada na décima assembleia geral, em 30 de outubro de 1834, mas a autorização para o seu início só foi concedida, com certa relutância, em 1838. A diversidade política que o Instituto abrigava certamente aguçou a cautela do ministro que, temendo a influência de membros mais comprometidos com a política, condicionou a aprovação dos cursos à apresentação de esclarecimentos detalhados sobre sua proposta de funcionamento. O regime de 1830 foi constantemente ameaçado por levantes legitimistas, republicanos, pela agitação operária, tentativas de assassinato e golpes bonapartistas, além dos problemas sociais e da epidemia de cólera (março de 1832) que ajudaram a compor o quadro que estendeu a revolução de 1830 até 1834 ou 1835. As agitações sociais que perturbaram o governo de Luís Filipe, marcadas pelas greves em Lyon, dos trabalhadores do setor têxtil, em 1831 e 1832, inicialmente, e depois em 1834, acenderam a oposição política, e o atentado contra o rei, cometido em 28 de julho de 1835, levou o governo a tomar uma série de medidas repressivas, envolvendo a censura da imprensa e o controle das associações. Assim, embora o "espírito" de 1830 seja normalmente sintetizado pelos termos de burguesia repressiva ou conservadora, em 1830 a liberdade foi um pouco mais que uma bandeira, o que houve foi uma regressão desse liberalismo, com a lei de 1834

37 A Associação livre para a instrução do povo, que teve origem na Associação politécnica, foi dissolvida em 1832, mas renasceu em janeiro de 1833, com o objetivo de educar os franceses por meio de cursos públicos. Cf. Félix PONTEIL. *La Monarchie Parlementaire*. Paris: Armand Colin, 1949.

sobre o controle das associações e com as leis de setembro de 1835[38] sobre a imprensa.

Isto posto, torna-se compreensível a cautela do governo com relação ao IHP. Além daqueles que por suas posições políticas, antigas ou atuais, inspiravam certo receio, a sociedade recebeu como membro o responsável por duas tentativas de golpe de Estado contra o governo de Luís Filipe, um "conspirador nato"[39], Luís Napoleão Bonaparte.

Não era fácil assegurar a requerida neutralidade movimentando-se em torno dessas agitações, e fazendo parte delas, ainda que indiretamente, na figura de seus membros. Sendo assim, todos os anos os membros do IHP necessitavam obter nova autorização para oferecerem seus cursos.

A partir das correspondências de alguns ministros, enviadas ao IHP, concluímos que, além de Thiers e Guizot, os ministros Villemain, Salvandy e Carnot também estabeleceram boas relações com a sociedade. As crônicas do *Investigateur* mostram que ao longo dos anos o Instituto Histórico manifestou simpatia e comprometimento com os projetos do governo.

Desde o início e ao longo dos anos, o Instituto Histórico teve de estabelecer critérios que pudessem neutralizar o peso de sua composição política, enfatizando, em contraposição, sua vocação científica e moral. Assim, destacou-se a importância atribuída às "boas intenções" de seus membros e a "moralidade" dos estudos históricos, anunciando tendências que caracterizavam o pensamento social do período. Pode-se afirmar que os esforços do IHP para destacar seu caráter "pacífico" e científico e para adaptar-se às exigências e interesses governamentais acabaram viabilizando algumas atividades e a sobrevivência da sociedade.

Brasileiros no IHP

A leitura das atas manuscritas e das publicações do IHP torna evidente o fato de que o Brasil ocupou um lugar especial no Instituto. Alguns brasileiros participaram do movimento de sua fundação e organização, fizeram-se sócios fundadores. Não há dúvida de que foi pelo convite de

38 Sobre as leis de setembro de 1835, cf. Félix PONTEIL. *Les institutions de la France de 1814 à 1870*, Paris: PUF, 1966. O terceiro texto da lei previa impedir as discussões sobre o rei, a dinastia, a monarquia constitucional. A partir de então tornam-se passíveis de duras penas: a provocação, seguida ou não de efeito, a ofensa ao rei cometida pela imprensa quando ela tem por objetivo excitar o ódio ou o desprezo de sua pessoa ou de sua autoridade constitucional; o ataque contra o princípio ou a forma de governo estabelecido; quando ela tem por objetivo excitar a destruição ou a mudança do governo; a adesão pública a toda outra forma de governo, fosse atribuindo direitos ao trono da França aos Bourbons, ou aos Bonaparte ou a qualquer outro que não fosse Luís Filipe. A caução exigida dos gerentes de jornais e escritos periódicos foi fixada a um nível muito elevado. Desenhos, gravuras, litografias, medalhas, estampas e emblemas não podiam ser publicados, expostos ou postos a venda sem a autorização do ministro do Interior, em Paris, e dos prefeitos nos departamentos.

39 PONTEIL, 1949, p. 168.

Monglave que Porto Alegre, Torres Homem e Magalhães foram apresentados e admitidos como membros do IHP.

Na assembleia geral de 7 de junho de 1834, o nome de Sales de Torres Homem já figurava na lista de presença da ata manuscrita da sessão. Em 26 de junho de 1834, Magalhães apareceu pela primeira vez na lista de presença da quinta Assembléia Geral, e de acordo com Faria (1970, p. 82), antes disso, esteve presente na 1ª. sessão da terceira classe, de Línguas e Literatura, em 14 de junho de 1834. Em 4 de junho 1834, Araújo Porto Alegre foi citado pela primeira vez. Araújo Porto Alegre e Magalhães, fazendo uso do direito que lhes facultava o regulamento, apresentaram vários brasileiros ao Instituto. Na 6ª. assembleia geral, de 4 de julho de 1834, indicaram Sérgio Teixeira de Macedo; João Martins Leão (o Visconde de São Leopoldo); o português Silvestre Pinheiro; Monte-Alverne; e o francês J.-B. Debret, da Academia de Belas Artes.

Os primeiros anos de atividade da sociedade foram os que mais entusiasmaram os brasileiros, já que muitos se associaram ao Instituto logo no início de suas atividades. A lista de membros, publicada no *Journal de L'Institut Historique* no final de 1834, comprova este argumento. Os brasileiros citados são:

> 1ª. classe – História Geral - Antônio Menezes de Vasconcellos Drummond, Ministro do Brasil em Turim (correspondente); Pedro de Araújo Lima; Francisco de Monte-Alverne.
>
> 2ª. classe – História das Ciências Sociais e filosóficas - Francisco de Sales Torres Homem, secretário da Legação Brasileira em Paris (residente); Sérgio Teixeira de Macedo, encarregado dos negócios do Brasil em Lisboa; Marcos Antônio de Araújo, encarregado dos negócios do Brasil em Hamburgo; e J.-J. da Rocha, ministro do Brasil em Roma.
>
> 3ª. classe – História da Línguas e Literaturas - Magalhães e Luís Moutinho de Lima Álvares e Silva, Ministro do Brasil em Paris; e José Feliciano, o Visconde de S. Leopoldo.
>
> 4ª. classe – História das Ciências Físicas e Matemáticas - Dr. João Martins Leão, doutor em Medicina no Rio de Janeiro (correspondente)
>
> 5ª. classe – História das Belas-Artes – Manoel de Araújo Porto-Alegre, pintor brasileiro (residente)

Em 8 de julho de 1835, nota-se novamente uma significativa adesão de brasileiros ao Instituto. Nesta ocasião, o secretário perpétuo fez a leitura das correspondências e destacou as cartas de adesão de vários brasileiros:

> 1ª. classe – O Visconde de S. Leopoldo; Dr. José Cardoso de Menezes; Carneiro da Silva.

2ª. classe – Frei Policarpo de Santa Gertrudes; Manoel Valadão Pimentel.

3ª. classe – Januário da Cunha Barbosa; Evaristo Ferreira da Veiga.

4ª. classe – Francisco Freire Alemão; Joaquim Vincente Torres Homem; Guimarães Peixoto; José Martins da Cruz Jobim; José Andries Torres e João Paulo dos Santos Barreto; todos do Rio de Janeiro.

Após 1835, poucos brasileiros se apresentaram: 1836: Luís Antônio de Alvarenga da Silva Peixoto (3ª. classe); 1837: 1ª. classe – Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté; 3ª. classe – coronel Manoel José de Oliveira (diretor de Obras Públicas no Rio de Janeiro); General Raymundo José da Cunha Matos; e Francisco Bernardino Ribeiro. Em 1838 nenhum brasileiro foi citado nas atas. Em 1839, apenas dois: José Ortiz da Silva; Fernando de Melo Coutinho de Vilhena, ambos na primeira classe.

Após 1839, quando o Brasil passou pela crise das Regências, os brasileiros se dispersaram e a referência a eles só seria notada novamente a partir de 1842. Por meio do registro de uma correspondência do Dr. José Cardoso de Menezes, na ata de 20 de junho de 1842, ele foi o responsável por reunir os brasileiros dispersos e apresentar novos sócios.

Neste mesmo ano, os registros listam os nomes de Antônio de Moraes e Carvalho (1ª. classe), e D. Pedro II (4ª. classe). Em 1843, foram admitidos: Araújo Coutinho Viana e Dr. Antônio Maria de Miranda e Castro, ambos na 3ª. classe; Tibúrcio Antônio Craveiro e José Maria do Amaral, ambos na 2ª. classe. No ano de 1844, José Corrêa Lima (4ª. classe); João Antônio de Miranda (1ª. classe); Santiago Nunes Ribeiro (2ª. classe); Antônio de Vasconcelos Menezes de Drummond (1ª. classe); João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão (1ª. classe); José Francisco Sigaud (3ª. classe). Em 1845, aparecem os nomes: (?) Dias e Alfredo Varela. Em 1846, apenas um brasileiro está registrado nas atas: José Joaquim Ferreira do Vale, Visconde do Desterro. Da mesma forma, em 1850, somente Ângelo Tomás do Amaral (2ª. classe) foi registrado na lista de membros.

Na última lista de membros em que figuram brasileiros, publicada no *Investigateur,* e referente aos anos 1855-56, destacam-se os seguintes nomes: D. Pedro II – Membro protetor.

1ª classe: Araújo Lima, Visconde de Olinda, Dr. José Cardoso de Menezes, José Carneiro da Silva, Visconde de Araruama, Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, Comendador João de Miranda e Ortiz da Silva.

2ª Classe: Luís Moutinho de Lima (residente), José do Amaral, Ângelo Tomás do Amaral, Magalhães, Santiago Nunes Ribeiro, F. Coutinho Vilhena (correspondentes).

3ª. Classe: Araújo Coutinho Viana, Francisco Freire Alemão, Antônio de Miranda e Castro, João Paulo dos Santos, Dr.

Francisco Sigaud, Vicente Torres Homem, Manoel Valadão Pimentel (correspondentes).

4ª. classe: D. Pedro II, José Corrêa de Lima, J. J. da Rocha, Visconde de S. Leopoldo.

No movimento de retorno ao IHP, a entrada do Imperador D. Pedro II foi motivada pela atribuição do título de Membro Protetor, cuja taxa de anuidade era bem maior que a dos demais membros. Se o Imperador D. Pedro I já havia conquistado a admiração de Monglave, D. Pedro II continuou recebendo o respeito dos franceses.

A boa acolhida no Instituto não foi privilégio do Imperador do Brasil. A julgar pela análise dos registros da sociedade, podemos observar que os brasileiros, de modo geral, foram calorosamente recebidos como membros. Após o esfriamento do entusiasmo inicial dos brasileiros pela participação no IHP, os franceses mantiveram-se interessados em assuntos do Brasil. E mesmo depois do afastamento do secretário perpétuo, Eugène de Monglave, em 1846; Angel Renzi, seu substituto, continuou acolhendo os brasileiros com a mesma amizade e atenção.

O Brasil como tema

O registro das correspondências recebidas pelo Instituto oferece uma importante fonte de esclarecimento sobre a intensidade da relação entre brasileiros e franceses mediada pelo IHP. A correspondência do Comendador Moutinho, embaixador do Brasil em Paris, lida pelo secretário-perpétuo em 22 de dezembro de 1834, assegura-nos de que ele fez assinaturas do *Journal de L'Institut Historique* para as bibliotecas públicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Em 25 de março de 1836, comunica-se que o mesmo membro assinava o Volume do Congresso anual de História para todas as bibliotecas do Brasil. No entanto, "os exemplares da Revista do Instituto enviados ao Brasil se perderam ou se extraviaram. Devido às dificuldades de comunicação, é provável que muitos números tenham se perdido antes de chegar aqui"[40].

Pode-se encontrar referências aos brasileiros no registro de correspondências e cartas de adesão ou doações de livros. Além do trabalho dos jovens D. J. Gonçalves de Magalhães, A. Porto Alegre e Sales Torres Homem sobre a história da literatura, das ciências e das artes no Brasil, publicado no primeiro volume do *Journal,* expressando o entusiasmo inicial pela formação da sociedade, encontramos a publicação do Dr. Francisco

40 FARIA, 1970, p. 61.

Sigaud[41] sobre "*Les Progrès de la Géographie au Brésil et sur la nécessité de dresser une carte de cet Empire.*"[42]

As páginas do Jornal abordam, com frequência, comentários de livros ou assuntos brasileiros. O Brasil era lembrado, particularmente, por Monglave em suas crônicas e resenhas. Em uma dessas crônicas ele destacou a fundação do Instituto Histórico e Geográfico no Rio de Janeiro, notícia que causou agitação entre os membros, que decidiram publicar os objetivos, os estatutos e o discurso de fundação proferido pelo general da Cunha Barbosa[43].

As resenhas mais importantes de Monglave são as que escreveu sobre a obra de J. B. Debret: *Voyage historique et pittoresque au Brésil*, entre os anos de 1834 e 1839[44]. O próprio Debret leu dois fragmentos de sua obra, o primeiro: "*Moeurs et usages des brésiliens civilisés*", na 5ª. classe do Instituto em 23 de outubro de 1834, e publicado no primeiro volume do *Journal de l'Institut Historique* (1834, pp. 170-172). Nesse texto, considerou a influência do clima sobre o caráter e os costumes dos brasileiros. Segundo o autor, este é o povo da "América meridional que tem os costumes mais doces e o caráter mais amistoso"[45]. Debret seguiu apresentando algumas observações sobre o "*bom brasileiro",* seus costumes, algumas de suas características físicas e morais e a influência francesa sobre a moda, música, danças, espetáculos etc., do Rio de Janeiro. O debate sobre as "raças humanas" ensejava acaloradas discussões no Instituto; tema que ocupou o pensamento de muitos teóricos da época. Segundo Debret, no Brasil, o mulato era o ser de organização física mais robusta, "ele tem mais energia que o negro: ele lhe é, sobretudo, superior por sua inteligência, que o aproxima da raça branca". De acordo com a análise desse autor, um dos problemas que dividia o país era a rivalidade existente entre o negro e o mulato, e deste último com o branco. Além disso, uma terceira complicação vinha se somar à essas: o fato de o português tratar indistintamente todos os brasileiros de mulatos, qualquer que fosse a cor da sua pele. Por

41 Joseph-François Xavier SIGAUD (1796 –1857), nasceu em Marseille, na França, e formou-se médico em 1818. Foi membro da Sociedade Imperial de medicina de Marseille, do Ateneu de Medicina de Montpellier, da Sociedade médica de emulação de Paris, entre outras. Foi fundador, em 1830, e presidente da Academia Imperial do Rio de Janeiro; um dos fundadores e presidente do IHGB; fundador e editor do Instituto dos jovens cegos do Rio de Janeiro; médico do Imperador D. Pedro II desde 1833. De acordo com a nota biográfica publicada na seção "Necrologia" do *Investigateur* de 1857, pelo Dr. Caffe – membro da 3a. classe (Investigateur, 1857, pp. 156-159), Sigaud criou o jornalismo no Brasil. Sua primeira publicação foi *L'Echo du Brésil,* publicada em francês e, em seguida *l'Aurore,* jornal político brasileiro. Sigaud mudou-se para o Brasil em 1825, e tornou-se médico do Imperador quando, em 1833, uma grave doença pôs em perigo sua vida. "Sigaud foi chamado e lhe salvou a vida. Desde então, conserva esta posição e a amizade de Dom Pedro II" (...) (pp. 156-159).

42 INVESTIGATEUR, 1844, pp. 8-15.

43 *Journal de L'Institut Historique*, 1839, pp. 101-115.

44 *L'Investigateur,* 1840, p. 130 e 1841, pp. 114-122.

45 *Journal de l'Institut Historique,* 1844, pp. 8-15.

fim, Debret encerra o capítulo considerando "a marcha ascendente da civilização desses meios-brancos", ou seja, do mulato, "esse homem de cor que a Europa e a África geraram sob o sol do novo mundo"(p. 172).

O segundo texto, publicado no VIº volume do *Journal de L'Institut Historique* (1837, pp. 250-252), é "Catacumbas do Rio de Janeiro". Nele Debret assinala os costumes dos brasileiros, especificamente no Rio de Janeiro, em relação aos seus rituais fúnebres e o modo de enterrar os mortos. No primeiro número do *Journal de L'Institut Historique,* Stéphane Niquet, arquiteto e membro da 5ª. classe do IHP, publicou um texto intitulado "Resumo da história literária, das ciências e das artes no Brasil" (pp. 47-54), em que comenta os estudos dos brasileiros Domingos José Gonçalves de Magalhães, M. Francisco de Sales Torres Homem e Araújo Porto Alegre. O Jornal não lista em seu índice o título do texto que se segue após este, mas Niquet também teceu uma breve apreciação sobre a obra de Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil.* Para estes membros do IHP, era glorioso "ver os filhos da França propagarem a civilização para além mar", e mereciam muito mais consideração aqueles que voltavam para contar sobre a natureza e os costumes dos locais que visitavam. Nesse sentido, Debret destacava-se por ter dedicado 15 anos de sua vida ao Império brasileiro "para reunir a coleção mais completa de documentos sobre a situação física e moral desse país, que foi inicialmente saudado pelo nome de Fran**ça** Antártica" (idem, p.53). Niquet considera que essa obra veio complementar os estudos de outros europeus interessados no Brasil, como Langsdorff e Aug. De Saint-Hilaire sobre botânica; Neuwied sobre a zoologia; Southey, Denis e Warden sobre a história do Brasil.

Em 1836, Monglave publicou um relatório sobre a "*Nitheroy - Revue Brèsilienne* (*Journal de L'Institut Historique,* pp. 209-211), anteriormente lido na 2ª. classe do Instituto (História das línguas e das literaturas). Além disso, introduziu o segundo número da Revista Nitheroy, publicada em Paris. Neste texto Monglave assinala os temas abordados pelos quatro autores do primeiro número da revista e, considerando os méritos dos escritores, sendo três deles membros do IHP – Torres-Homem, de Magalhães e Araújo Porto-Alegre –, afirma que eles "estendem para além mar a influência de uma idéia que deve dar a volta ao mundo"[46].

Em 1839, Dréolle publicou uma resenha referente à obra de Warden, *Histoire du Brésil: de l'art de vérifier les dates, no Journal de L'Institut Historique* (p. 209-211).

Em 1844, Dr. Sigaud apresentou, no *Investigateur,* uma resenha sobre os discursos oficiais do comendador João Antônio de Miranda (1839, 1840 e 1844)[47].

46 *Journal de L'Institut Historique,* 4º. Volume, p. 211

47 *Investigateur,* 1844, p. 446.

Em 1845, Dr. Josat publicou uma resenha sobre o livro do Dr. Sigaud: *Climat et maladies du Brésil* (Investigateur, pp. 22-33). Na notícia biográfica sobre Dr. Sigaud, Dr. Caffe afirma: "o belo tratado do clima e das doenças do Brasil valeu a Sigaud uma carta autografada muito elogiosa do rei Luís Filipe, que lhe presenteou com um anel de diamantes. A imprensa científica lhe oferece também um tributo de elogios"[48]

Em 1855, John Lelong apresentou um relatório sobre os estudos que fez acerca dos costumes, do caráter e dos hábitos das diversas regiões da América do Sul. No texto publicado no Investigateur *"Les empereurs Pedro I et Pedro II"*[49], o autor trata do Imperador do Brasil, alguém por ele considerado "digno de atenção". Lelong inicia seu texto relembrando fatos da história do país e ressalta que "a regeneração do Brasil data da época em que um príncipe da casa de Bragança deixa Portugal para se fixar no Rio de Janeiro, com o objetivo de fortalecer a autoridade do rei João nessas vastas e ricas terras"[50].

Considerações finais

O início do século XIX foi um período decisivo da história intelectual europeia, quando se instaurou uma nova "estrutura intelectual" que permitiu o surgimento de pesquisas históricas e sociológicas e o homem passou a ser definitivamente objeto do conhecimento científico. A busca pela compreensão e domínio do "social" era corrente na primeira metade do século XIX. O Instituto Histórico de Paris tinha por objetivo estudar o desenvolvimento das instituições e da humanidade. Acreditava que sendo possível reconstituir os tempos remotos poderia anunciar a direção do destino futuro da humanidade. O historiador seria o responsável por divulgar "verdades úteis", ensinar e orientar. Além de compreender a humanidade nos seus detalhes, na sua intimidade, a história deveria definir as leis que a regem. Os ensinamentos propostos pelo conhecimento histórico não constituiriam nenhum tipo de arma contra o governo, pelo contrário, contribuiriam para o aperfeiçoamento da humanidade e para a regeneração da sociedade.

Efetivamente, o IHP se configurou como uma instituição eclética e marginal, se comparado a outras instituições da época. No entanto, sua composição e as discussões que divulgou e propôs oferecem uma rica fonte de pesquisa para quem deseja conhecer melhor o período histórico, político e intelectual subjacente às suas atividades. Sobretudo, há nele um meio profícuo de estudar a relação Brasil e França na primeira metade do século XIX, que ainda merece estudos mais aprofundados.

48 *Investigateur*, 1857, p. 158.

49 *Investigateur*, 1855, pp. 172-179.

50 Idem, pp. 172-173.